



O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONCEITOS E SIGNIFICADOS NA DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA

RAMOS SANTOS, Ana Claudia¹
CORACINI DE SOUZA, Rosa Lia²

RESUMO

O trabalho problematiza a questão do Projeto Político Pedagógico através da participação de todos os envolvidos no processo educacional. O objetivo é analisar os desafios, as possibilidades e os limites das experiências de gestão democráticas e de participação; desenvolvidas na escola e no sistema de ensino. Alguns enfatizam a participação nas decisões, outros destacam a importância da observância das leis, salientam as condições sociais necessárias para a prática democrática, como o respeito aos direitos humanos e a proteção à vida. Os desafios para envolver, articular e promover a ação de pessoas nos processos democráticos de participação são semelhantes na sociedade e nas escolas. Por este motivo, as alternativas facilitadoras e as dificuldades encontradas nas atividades empreendidas pelos gestores educacionais têm uma raiz comum; elas fazem parte das numerosas tentativas de consolidação da democracia na gestão escolar. Analisa-se uma questão crucial: o Projeto Político Pedagógico, seus conceitos e significados como um dos princípios básicos do trabalho que se desenvolve na escola. Propõe-se a reflexão sobre desafios na esperança de contribuir para mudanças que promovam uma educação de qualidade. Essa educação de qualidade, por sua vez, interfere na formação do professor, que produz novas habilidades e competências em cada um.

Palavras chaves: Educação. Escola. Participação. Democracia. Cidadania.

ABSTRACT

The paper discusses the issue of the Pedagogical Political Project through the participation of everyone involved in the educational process. The goal is to analyze the challenges, possibilities and limits of democratic management experience and participation; developed at school and in the education system. Some emphasize the participation in decisions, others highlight the importance of compliance with laws, highlight the social conditions necessary for democratic practice, such as respect for human rights and the protection of life. The challenges involved, articulate and promote the share of people in the democratic processes of participation are similar in society and in schools. For this reason, facilitators alternatives and the difficulties encountered in the activities undertaken by educational managers have a common root; they are part of numerous attempts to consolidate democracy in school management. It analyzes a crucial issue: the Political Pedagogical Project, its concepts and meanings as one of the basic principles of work that develops in school. It is proposed to

¹ Pós-Graduada em Gestão Escolar, UNOPAR; Licenciada em Ciências Plenas, UNIJUÍ, professora Municipal da Escola Infantil Trilha do Saber e Escola Municipal em Tempo Integral Eugenio Ernesto Storch.

E-mail: ana-crs@hotmail.com

² Psicopedagoga; Licenciada e Bacharel em Educação Física, UNIJUÍ, professora Municipal da Escola Infantil Trilha do Saber e Colégio Evangélico Augusto Pestana (CEAP).

E-mail: rosaliacoracini.s@hotmail.com



reflect on challenges in hopes of contributing to changes that promote quality education. This quality of education, in turn, interferes with the formation teacher, producing new skills and competencies in each.

Key words: *Education. School. Participation. Democracy. Citizenship.*

INTRODUÇÃO

A gestão escolar, numa perspectiva democrática, tem características e exigências próprias. Para efetivá-las, é preciso observar procedimentos que promovam o envolvimento, o comprometimento e a participação das pessoas. É necessário exercer funções que fortalecem a presença e a atuação das pessoas envolvidas. O modo democrático de gestão abrange o exercício do poder, incluindo os processos de planejamento, a tomada de decisões e a avaliação dos resultados alcançados.

Trata-se de fortalecer procedimentos de participação da comunidade escolar no governo da escola, descentralizando os processos de decisão e dividindo responsabilidades, com intuito de envolver todos os segmentos interessados na construção das propostas coletivas de educação para atingir um objetivo: promover uma educação de qualidade.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONCEITOS E SIGNIFICADOS NA DEMOCRATIZAÇÃO DA ESOLA

Planejar a escola é ter uma visão ampla, achar detalhes, encontrar soluções, entendendo o contexto de onde se vive. A ideia de Projeto Político Pedagógico do ponto de vista mais amplo é no sentido de planejar o que a escola precisa fazer, a partir do que é possível construir, o que ela pretende realizar com seus alunos, tendo em vista as necessidades dos mesmos, da comunidade e da sociedade. Este projeto nasce da necessidade de mudança, de correção de rumos.

O Projeto Político Pedagógico ajuda a identificar o que é a escola e definir os caminhos que devem ser seguidos, ele acompanha a sociedade, a escola e suas finalidades culturais e sociais de formação profissional e humanística, sendo fundamental revê-lo a todo o momento, à sua própria condição e mudá-lo sempre que necessário para que se possa rever os ângulos, descobrir e redescobrir situações.

Veiga (2001, p. 110) define o Projeto Político Pedagógico da seguinte forma:



XVII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL



www.unicruz.edu.br/mercosul

É um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Além disso, harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento a responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Essa idéia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, dá a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente.

Nessa ótica, a equipe gestora tem que estar organizada com cronogramas para que os momentos de discussão e estudos aconteçam, devendo existir clareza e uma parceria, pois o projeto precisa chegar às mãos de cada profissional. Não pode ficar restrito à direção da escola. Cada membro da comunidade escolar tem que ter clareza de seus objetivos, metas, das ações. É fundamental que todos se sintam sujeitos da construção do espaço escolar como espaço público de libertação e criação. É importante que as pessoas se sintam participantes desse processo. Muitas vezes, se questiona porque este projeto é chamado de político-pedagógico. Analisando com cuidado, entende-se que ele é político porque é uma concepção de público. A escola enquanto espaço que socializa saberes é pública, e essa afirmação da escola como espaço público foi decorrente de muitas lutas históricas.

Primeiramente, porque os setores que estavam excluídos puderam estar na escola, não estar como sujeitos passivos, mas como sujeitos de direitos. Nessa estimativa é que é político, pois é uma afirmação da esfera dos direitos do que é devido a cada cidadão.

E é pedagógico porque é uma concepção de educação de mundo que a escola deve elaborar, sistematizar e socializar. Assim, entende-se que, na verdade, o projeto político pedagógico é constitutivo, faz parte do “ser” da escola.

Cada escola deve buscar a sua identidade, interagindo com todos os sujeitos envolvidos no processo democrático educacional. Quando todos se integram ao projeto político pedagógico tudo o que acontece na escola tem sentido, e quando todos os atores abraçam a ideia todas as ações da escola valem a pena.

Nesse sentido, Demo (1998, p. 248) assim se refere:

Existindo o projeto próprio torna-se bem mais fácil planejar o ano letivo, ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular aprimorar, expedientes avaliativos, demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. É possível lançar desafios estratégicos como diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa, experimentar didáticas alternativas atingir posição de excelência.

É importante entender e salientar que o Brasil foi colonizado a partir de uma visão



XVII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL



www.unicruz.edu.br/mercosul

eurocêntrica, que apagou diferenças, suprimiu identidades, e a escola deve buscar a alma do povo, deve buscar a identidade cultural, a língua, a forma de ver o mundo e reconhecer essa diversidade, integrando essas diferenças. A questão do Projeto Político Pedagógico, tal como vem sendo discutida atualmente, deve priorizar de forma intensa a busca das raízes e da identidade, justamente porque essa busca de identidade e da história (a dos povos indígenas, africanos...) faz parte da universalidade enquanto seres humanos. A escola tem o papel de resgatar tudo isto, através do projeto político pedagógico, visto que é um espaço de criação, de liberdade, de afirmação do ser humano.

É importante entender que o Projeto Político Pedagógico passa por conceitos diversos, em épocas diferentes, possui uma elasticidade, porém a formalização e a teorização da junção das palavras político/pedagógico se deu no embate dos Projetos Políticos dos revolucionários franceses no século XVIII, e foi neste embate, na origem do discurso liberal, que formalizou-se a política burguesa em que houve esta junção para um sistema político pedagógico. Então este vai tomando diversas faces, mas guarda a semelhança em relação às diretrizes da educação democrática que se desenha naquele momento, uma delas é a luta pela escola laica, pública, gratuita para todos, sendo esse projeto liberal. Neste aspecto, causa insatisfação, pois é um projeto inconcluso, devido às políticas públicas não tê-lo realizado em sua real plenitude.

Cabe frisar que nesses quinhentos anos de Brasil, se teve lampejos de democracia, se pensar numa visão tradicional em que as secretarias, órgãos acadêmicos e organismos determinam o currículo, o que se deve ser ensinado e os tempos escolares. A escola sempre se viu como uma mera executora de políticas, propriamente determinadas por estâncias que lhes são externas. A construção da democracia de fato pressupõe que a escola crie a sua identidade, que ela seja semente de transformação de sua realidade circundante e da realidade do país e do mundo.

O Projeto Político Pedagógico leva a vários movimentos, principalmente ao do processo de democratização, onde haja a participação de todos e que estes compreendam que a escola é uma instituição de Estado, que deve discutir um projeto juntamente com o sistema público de ensino e, assim, todas as escolas poderão ter um unitário de qualidade (não como uma linha de produção), mas que cada ser humano deve se apropriar de um conhecimento de qualidade, de saber pensar cientificamente, reconhecendo a sua história e sua identidade. Nesse sentido, afirmam Gadotti e Romão (1997) que a gestão democrática pode melhorar e é específica da escola, isto é o seu ensino. A participação na gestão da escola proporcionará um



melhor conhecimento do funcionamento da escola e de todos os seus atores, proporcionará um contato permanente entre professores e alunos, o que leva ao conhecimento mútuo, e em consequência aproximará também as necessidades dos alunos dos conteúdos ensinados pelos professores.

O Projeto Político Pedagógico da escola precisa de médio e longo prazo, e ainda de respaldo dos políticos, pois estes também são sujeitos da escola, juntamente com os pais, professores, alunos. Neste sentido, o problema não é somente construir o projeto, e sim a temporalidade e consolidação deste projeto.

É necessário um longo prazo e não deve ser concebido em linha de euforia x desilusão e esse projeto têm múltiplos tempos, memórias e sujeitos, pois a memória tem um tempo descontínuo, não sendo controlada dentro de um critério político utilitário; é viva e afetiva e que quando se traz para o momento de construção e reflexão do projeto político pedagógico é riquíssima.

Nesta perspectiva, o projeto tem que ser a materialização do futuro no presente. É preciso trabalhar o horizonte histórico de uma universalização da escola, da produção do conhecimento, da crítica ao colonialismo, construir a sociedade do futuro a partir do presente. Referindo se a essa ideia, exprime Gadotti (1992, p. 34):

Todo o projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar, significa tentar quebrar um estado confortável para arrisca-se atravessar um período de instabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação do possível, comprometendo seus atores e autores.

A escola pública deve ser publicizada, afirmada como espaço público desde o presente. A educação é um ato político, já dizia Freire (1975). Uma escola que não se politiza de fato não está cumprindo o papel, lembrando que quanto mais conflituosas forem as ideias políticas dentro da escola, mais democrática ela será.

O protagonismo de todos os atores que compõem a escola deve ter uma expressão comunitária de auto-organização e não uma organização de secretarias, visto que estas deveriam assegurar condições de livre produção de conhecimento, pois, muitas vezes, acabam realizando ações de controle, fiscalização e avaliações rígidas, que acabam formatando a prática democrática que prejudica a escola e esta acaba sendo não democrática. Muitas vezes, há resistência ao Projeto Político Pedagógico e isso tem a ver com a democracia, pois se o professor se sente protagonista, ator de fato daquela escola, os pontos de vista que são críticos



ou que defendem a manutenção de certas práticas vão servir para enriquecer as ações. As resistências fazem parte de cada processo e permite a transformação. Isto faz com que a escola se torne um lugar onde se realizam e projetam utopias.

As resistências, dessa maneira, não podem ser vistas como algo patológico dentro da escola, como algo doentio sendo que não desaparecem, são apenas substituídas por outros ideais, observando os caminhos a serem seguidos.

Hoje, no Brasil, existe um projeto em busca da identidade das pessoas que se realiza basicamente dentro da escola, sendo este o lugar onde essa busca acontece de fato, através do projeto político pedagógico, que não pode ser visto como um mero documento, e sim como um canal democrático para a consolidação da cidadania.

Veiga (2001, p. 33) afirma que: “É preciso entender o Projeto Político Pedagógico da escola como um reflexão do seu cotidiano”. Para tanto, ele precisa de um tempo razoável de reflexão-ação, pra ter um mínimo necessário à consolidação de sua proposta.

A escola é uma instituição inseparável da sociedade, é distinta, porém ligada à sociedade brasileira como um todo. Enquanto instituição voltada à educação, tem um compromisso com o humano e com o mundo. Seu compromisso humano está contido na função social libertadora dos sujeitos: no reconhecimento do individual, da identidade da historicidade, desejos e outras marcas próprias de cada humano, mas transcendendo a capacidade de identificar marcas comuns entre ele e seu grupo, assumindo a idéia de pertencimento a uma rede de objetivos comuns.

Este compromisso é complexo porque suas consequências estão no mundo, e a representação da escola enquanto espaço público possui em si uma ambivalência muito próxima: este espaço pode ser colocado a serviço de dominação ou da libertação, dependendo da postura do educador.

Segundo Freire (2000, p. 58), assim a escola “[...] tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável.”

Nesse sentido, portanto, destaca-se a importância da escola manifestar suas concepções políticas pedagógicas na prática para, assim, contribuir com o processo de libertação dos indivíduos. Não basta a escola ter um projeto político pedagógico se em sala de aula o professor não vivenciar com os alunos as concepções da escola, ou seja, a construção



XVII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL



www.unicruz.edu.br/mercosul

de um aluno crítico, reflexivo e capaz de atuar na sociedade, pois ele é o mediador de uma educação, que poderá ser para a manutenção ou para a transformação social, dependendo da prática pedagógica que adotar no exercício de sua profissão.

Nessa perspectiva, é importante compreender que a escola não é uma ilha isolada, pois está inserida no interior da sociedade. Interliga-se a muitas instituições diferentes, com propostas e objetivos os mais diversos, sofre todo o tipo de influências e impactos do mundo, atravessa as mais diversas relações de poder: democráticas, dominadoras, discriminatórias, hierárquicas e outras mais.

Assim, uma teia de relações diversificadas liga a escola à comunidade, pois o mundo cotidiano da comunidade, da sociedade, penetra a escola de todos os lados, entra por todas as janelas e portas, entra pela experiência de vida dos alunos e dos professores. A televisão, os amores, a novela, o futebol, as mentes, os corações, o sexo, a violência, os corpos, o país, o universo tem assento na escola.

Ainda, todos professores detêm algum conhecimento; os alunos também; a sociedade, a humanidade sabe muito mais e os lugares de aprendizagem são os mais diversos. O viver cotidiano é página do livro que se pensa e se escreve a todo o instante.

Nesta ótica de pensamento, compreende-se que nenhuma escola está acabada, já que ela é constituída pela teia de relações que fazem o cotidiano da escola. Importa desafiar a todos para reflexão crítica na busca de uma qualidade cada vez maior do processo ensino/aprendizagem.

A construção/reconstrução da escola, visando a superar as formas de dominação, de discriminação, de insuficiência do processo aprendizagem, visa uma gestão a cada dia mais democrática, por isso a escola é uma realidade feita de grupos sociais diferentes com interesses, objetivos experiências culturais distintas. Sendo assim, na escola existem grupos sociais diferenciados e não homogêneos. Daí porque a interlocução democrática se faz ainda mais necessária.

Com a promulgação da Lei nº 10.693, de 2003, espera-se que a escola realmente assuma o seu papel social de valorização e de difusão da cultura e da pluralidade de formação ética.

Gadotti (1992), educador brasileiro comprometido com a educação popular e comunitária, propõe uma educação multicultural, como estratégia de educação para todos capazes de reduzir os elevados índices de evasão e de repetência dos segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira, na sua maioria constituída por pobres, negros, índios e



mestiços. Considera ele que uma das tendências de mundo contemporâneo é o multiculturalismo, que deve se traduzir no respeito e valorização das diferenças socioculturais.

O desafio é expor as diferenças, conflitar, para romper com a ideia imposta pelo sistema econômico de massificação: do trabalho, das pessoas..., libertando-se da ideia de igualdade homogênea, pois a diferença sempre estará presente, porque é do humano identificar-se enquanto diferente.

O que se pretende é resgatar a historicidade de cada educando e ir além, informando, refletindo sobre a prática, pesquisando, com consciência da condição humana de inacabamento, estabelecendo vínculos que proporcionam o refletir sobre uma ética do humano. Já Freire (1996), mesmo considerando as proposições de Gadotti, propõe uma educação problematizadora, que desafia o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica, com vistas à construção da cidadania e, conseqüentemente, à superação da realidade vigente.

Segundo o autor, a luta por uma sociedade melhor, ou seja, pela *boniteza* do mundo, exige competência que acontece pela via do conhecimento. Nesse sentido, cabe ao professor aguçar a curiosidade do aluno para que ele se transforme em sujeito de produção de conhecimento. É preciso estimular a busca do conhecimento, onde ambos (professor e aluno) vão aprendendo numa relação dialógica e de interação. Nessa ótica, o autor adverte que é possível propor outra forma de abordar o conhecimento, não apenas pela transmissão, pois ensinar “não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 22, grifo do autor). Assim, a escola contribui para a formação de sujeitos capazes de intervir e mudar a realidade social vigente.

Na escola democrática/cidadã, o estudante, sujeito/educando/educador ocupa o centro da mesma, ou seja, a dinâmica da escola, como um todo, resultante de sua proposta pedagógico/administrativa, tem como sujeito o educando em processo de aprendizagem. Não basta, pois, assegurar o acesso e a permanência na escola, mas capacitar o aluno/sujeito e educando/educador a ser capaz de aprender e criar a capacidade de seguir aprendendo sempre com autonomia intelectual e ético/política.

Na escola, a gestão democrática é uma ousadia que dura sempre e que precisa ser iniciada a cada dia, já que a democracia é modo de viver, em que se aceita o outro diferente, na convivência respeitosa, amorosa com liberdade, responsabilidade, consciência social, política e ecologia, respeitando a si e aos outros, pois é na escola que se constrói espaços



XVII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL



www.unicruz.edu.br/mercosul

efetivamente democráticos de convivência e desenvolvimento humano.

Se os professores querem uma escola para todos, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças.

Por mais que defendamos teoricamente a inclusão de todas as crianças na escola, na prática ainda somos dominador por um modo de pensar, por um cotidiano e por uma organização escolar que ainda não “esqueceu”, que ainda tem “saudades” da cultura anterior. Nesta cultura as crianças que entram e permanecem na escola devem se submeter as tarefas e recursos de ensino comuns. Devem, pouco a pouco apresentar competências e habilidades escolares comparáveis; devem aprender em um contexto em que um mesmo professor ensina do mesmo modo em um mesmo espaço e tempo didático. (MACEDO, 2005, p. 11).

É preciso considerar a escola na perspectiva de um “nós”, como um todo que funciona como regulador da relação de aprendizagem. Uma escola para todos e democrática, que cumpra com a sua obrigação social, respeitando a educação como um direito de todos: pobres ou ricos, com dificuldades de aprendizagem ou não, de diferentes raças, cores, condições físicas ou sociais, como se todos fossem equivalentes, com potencial para aprender.

A escola precisa ser um lugar capaz de interpretar carências e necessidades, anseios e perspectivas manifestados pela sociedade, desenvolvendo práticas educativas eficazes para o atendimento as demandas daqueles que direta ou indiretamente são atingidos pela prática cotidiana da ação escolar, tornando-se um centro de formação cultural, científico e técnico.

Diante deste contexto, a escola passa a ser o lugar que abrange questões fundamentais relativas à vida humana em sociedade, tais como desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade social.

Uma pedagogia crítica, libertadora e democrática cria condutas coordenadoras de ações consensuais, buscando a participação dinâmica e viva dos diferentes sujeitos que integram o espaço de sala de aula, articulando diferentes saberes. Mas a ousadia, a utopia, o desafio é a coragem de enfrentar com esperança de um instante sempre melhor, tudo isso em nosso viver cotidiano, na escola, na família e nos demais espaços de nossas atividades.

A vida democrática é condição de desenvolvimento efetivamente humano e de educação e formação humana, razão de ser da escola, do conhecimento, da cultura e do próprio viver humano. Ela será tanto mais abrangente, profunda, vital, quanto mais o professor ousar assumir a responsabilidade de lutar pela qualidade do ensino. Assim, as relações pedagógicas tornam-se sempre mais relações humanas, fazendo fluir o humano nas



palavras, nos gestos, nas atitudes, na coordenação de ações consensuais, no âmbito escolar mudando o ambiente cultural da comunidade e da sociedade como um todo.

Professores e escolas são peças importantes na realização das responsabilidades sociais e políticas. Ao implantar meios aos alunos para dominarem conhecimentos culturais e científicos, desenvolvendo competências cognitivas e operativas, para que estes coloquem em prática em suas vidas profissionais e em conduta social, rumo à cidadania. Eis o ponto importante no qual o trabalho em equipe da escola e professor adquire forma real para influenciar a democratização social e política.

Para que a escola seja, de fato, um espaço de afirmação de uma identidade pluricultural é necessário, ainda percorrer um longo caminho, onde as diferenças culturais não se constituam em motivo de discriminação social, mas sim em um espaço possibilitador da construção de uma nova identidade nacional, assentada no pluralismo cultural.

É preciso, pois, propiciar, por meio de ensino em todos os níveis, o conhecimento da diversidade cultural e pluralidade étnica, bem como a necessária informação sobre os bens culturais do rico patrimônio histórico. Só assim se estará contribuindo para a construção de uma escola plural e cidadã e formando cidadãos brasileiros cónsisos de seu papel como sujeitos históricos e como agentes de transformação social.

Acredita-se que o papel da escola é decisivo na busca das transformações emancipatórias e na configuração do projeto de vida que se produz na comunidade, organizando os contextos e as ações que se desenvolvem na mesma, a partir de uma clara intencionalidade educativa.

Para que esta tarefa seja realizada, é necessário que a escola crie uma organização e um ambiente que favoreçam o diálogo, o debate, a análise e a reflexão.

CONCLUSÃO

A escola, como uma instituição pública deve organizar-se para expressar o trabalho dos diversos segmentos que a compõem. A participação da comunidade escolar, orientada por interesses comuns de melhorar a qualidade do ensino, é requisito fundamental para a implantação da democratização da escola e da construção da cidadania.

A democracia supõe a convivência entre as pessoas que pensam de diferentes formas. O aprendizado democrático implica a capacidade de discutir, elaborar e aceitar regras coletivamente, assim como a superação de obstáculos e divergências, por meio do diálogo,



XVII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL



www.unicruz.edu.br/mercosul

para a construção de propósitos comuns.

Na escola existe a diversidade e conflito de interesses; uma gestão democrática e participativa de ensino busca pelo diálogo e pela mobilização de pessoas, na criação de um Projeto Político Pedagógico, com base em formas colegiadas e princípios de convivência democrática, onde todos os envolvidos no processo educacional possam ter a oportunidade de expressar suas ideias.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra, 1975.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____; ROMÃO, José E. **Autonomia da escola – princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

MACEDO, Lino de. **Ensino de ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto político-pedagógico da escola. Uma construção possível**. São Paulo: Papirus, 2001.